

BOLETIM 744

Brasília, 28 de fevereiro de 2019

Desemprego sobe No início do ano, e só trabalho autônomo cresce

De acordo com o IBGE, o número de ocupados caiu 0,4% no trimestre e cresceu 0,9% em 12 meses

A taxa média de desemprego no país subiu de 11,7%, em outubro, para 12% no trimestre encerrado em janeiro, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do IBGE, divulgada nesta quarta-feira (27). Na comparação com igual período de 2018 (12,2%), ficou relativamente estável. O total de desempregados aumentou para 12,669 milhões (crescimento de 3,6%), 318 mil a mais em três meses. A única modalidade de emprego que cresce é a de autônomos (trabalhadores por conta própria).

Segundo o IBGE, o número de ocupados (92,547 milhões) caiu 0,4% no trimestre (menos 354 mil) e cresceu 0,9% (mais 846 mil) em 12 meses. Mas, ao longo desse período, o que aumentou foram o emprego sem carteira assinada (320 mil) e, principalmente, o trabalho autônomo (719 mil), enquanto o emprego com carteira assinada perdeu 380 mil (-1,1%). No último trimestre, a modalidade por conta própria abriu 291 mil vagas.

A taxa da chamada subutilização da força de trabalho – pessoas que poderiam trabalhar mais tempo, mas não conseguiram – foi de 24,3%,



patamar estável ante outubro (24,1%) e acima de janeiro do ano passado (23,9%). A população subutilizada somou 27,5 milhões, 671 mil a mais em 12 meses.

Já o desalento, que atinge 4,7 milhões de pessoas, ficou estável no trimestre e cresceu 6,7% em um ano. São 300 mil a mais nessa situação, de desistir de procurar trabalho.

Os empregados com carteira assinada no setor privado são 32,916 milhões, estável nas duas comparações. E os sem carteira somam 11,307 milhões, caindo no trimestre e crescendo em um ano. Os trabalhadores por conta própria totalizam 23,901 milhões, crescendo 1,2% e 3,1%, respectivamente.

Entre os setores de atividade, na comparação com janeiro de 2018, a maioria mostra registra estabilidade, de acordo com o IBGE. O instituto detecta crescimento em modalidades ligadas a serviços (como transporte, armazenagem, hospedagem e alimentação), além da administração pública, saúde e seguridade (540 mil vagas criadas). A indústria perde 200 mil e o comércio/reparação de veículos, 104 mil.

Estimado em R\$ 2.270, o rendimento médio cresceu 1,4% no trimestre e ficou estável em 12 meses. A massa de rendimentos, calculada em R\$ 205 bilhões, também mostrou estabilidade.

Fonte: Rede Brasil Atual



REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Com reforma de Bolsonaro, aposentadorias podem ficar sem reajuste

Uma manobra do governo Jair Bolsonaro (PLS) pode deixar as aposentadorias sem aumento real – e até sem aumento nenhum – caso a reforma da Previdência seja aprovada. Tudo porque a proposta que o presidente enviou à Câmara Federal retira da Constituição a regra que determina reposição da inflação para os benefícios acima do salário mínimo. Hoje, esse direito – que Bolsonaro quer excluir – é válido para aposentados e pensionistas da iniciativa privada e do setor público.

A regra atual está em dois trechos da Constituição que têm a mesma redação: “É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real”. Por isso, a legislação cumpre a exigência e assegura a reposição pelo INPC. Em 2018, o INPC variou 3,43%.

Mas a manobra incluída na PEC da Previdência (Proposta de Emenda à Constituição) exclui o termo “valor real” em ambos os trechos: o que trata do reajuste de benefícios dos servidores (parágrafo 8º do artigo 40) e também o dedicado ao reajuste de benefícios dos trabalhadores da iniciativa privada (parágrafo 4º do artigo 201).

Em ambos os casos, a PEC joga a definição das regras de reajuste para uma lei complementar ainda a ser desenhada. No aspecto legal, é muito mais fácil aprovar e mudar uma lei complementar. Ela demanda 257 votos de deputados, em duas votações, e 41 de senadores, em uma votação. Já uma PEC para mexer na Carta Magna, como a PEC da Previdência, pede mais votos – e mais força

política. Exige o apoio de 308 deputados e 49 senadores, em duas votações em cada Casa.

A manobra de Bolsonaro deixa a Presidência livre para reajustar aposentadorias e pensões abaixo da inflação. Na prática, esses benefícios podem ficar até sem reajustes de um ano para outro. “Quando se retira uma regra da Constituição, ela deixa de ser política de Estado e passa a ser política de governo. Poderá ser alterada de acordo com as conveniências”, afirma a especialista Gláucia Costa, sócia do LBS Advogados.

É real, portanto, o risco de retrocesso e perdas para aposentados e pensionistas. “Sem a disposição constitucional de preservar o valor real, poderá se chegar ao cúmulo de defender reajustes excessivamente inferiores à inflação ou mesmo a ausência de reajustes”, confirma Marcus Orione, professor de direito previdenciário da USP.

No mês passado, o ministro Paulo Guedes afirmou que, sem a aprovação da reforma da Previdência (o “Plano A”), o governo teria de recorrer a um “Plano B” – ou seja, “desvincular, desobrigar e desindexar o Orçamento”. Porém, a manobra de Bolsonaro embutida na PEC da Previdência, se aprovada, já desindexa toda a aposentadoria paga acima do salário mínimo, pondo o Plano B dentro do Plano A.

Até o economista Nelson Marconi (Fundação Getulio Vargas), crítico da indexação automática, faz uma importante ponderação: “Estamos tratando de algo específico: o trabalhador da ativa pode negociar salário para cima ou para baixo, mas aposentados não têm como negociar. Eles precisam ter o poder de compra de suas aposentadorias protegido”.

Na opinião de Marcelo Martins, sócio do Granadeiro Guimarães, a mudança deve ser alvo de questionamento na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), a primeira etapa pela qual a PEC passa ao longo de sua tramitação no Congresso.

Fonte: Portal Vermelho

Reforma é rejeitada pela própria base do Governo

O isolamento do PSL na Câmara, o dissenso dentro do partido do presidente sobre a reforma da previdência e a desarticulação política capitaneada por Onyx Lorenzoni deixaram o ministro Paulo Guedes com a 'brocha na mão'. A equipe econômica do governo não tem esperança de contar com grupos que apoiaram Jair Bolsonaro para turbinar a propaganda em prol da reforma. Nem os apelos de Rodrigo Maia - para o governo alimentar seus seguidores na internet - surtem mais efeito. Grupos majoritariamente bolsonaristas, como policiais civis, militares, federais e rodoviários, resistem à reforma.

A reportagem do jornal Folha de S. Paulo destaca que "a reação a mensagens postadas por Carlos Bolsonaro, um dos filhos do presidente, sobre o assunto comprovariam o clima adverso. Ele foi escalado pelo pai para fazer campanha pela Previdência nas redes. 'Votei no 17 mas nem ferrando eu concordo com a Previdência', escreveu um internauta ao comentar um vídeo postado pelo vereador defendendo as mudanças."

A matéria ainda acrescenta: "'Seu pai podia fazer uma 'live' [ao vivo] explicando como se aposentar aos 33 anos de idade', escreveu outro, referindo-se ao fato de Bolsonaro ter sido transferido para a reserva remunerada ao ser eleito vereador, em 1988. 'Nem o Bolsonaro defendia a reforma quando era deputado, pelo contrário, sempre votou contra. Por que agora esperar que os deputados defendam?', criticou um seguidor de Carlos no comentário em que ele cobrava o apoio de parlamentares."

Fonte: Brasil247



Alcolumbre: mudanças preocupam senadores

No almoço desta quarta-feira (27) que reuniu os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (foto), e da Câmara, Rodrigo Maia, com o ministro da Economia, Paulo Guedes, Davi expressou a insatisfação dos senadores com relação às propostas de limitação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na reforma da Previdência.

— A Casa achava que a economia com esse recurso era muito pouca diante do desprestígio aos portadores de necessidades especiais e aos idosos — declarou.

As mudanças na aposentadoria rural, segundo Alcolumbre, também repercutiram mal, principalmente entre os deputados. Ele acrescentou que deverá ser concluído na próxima semana um estudo sobre todos os itens do texto da reforma, permitindo avaliar os pontos polêmicos.

O presidente do Senado disse que Paulo Guedes acredita na resposta positiva do Congresso às alterações na Previdência, mas ressaltou que os parlamentares estão "à disposição para ajudar a reforma em relação ao país, não ao governo." Na reunião, informou Davi, ficou clara a busca de um "diálogo permanente com a sociedade" para a definição da reforma.

Fonte: Agência Senado



Regras da Previdência sofreram seis mudanças nas últimas três décadas

Desde a promulgação da Constituição de 1988, as regras da Previdência já foram mudadas seis vezes. A primeira emenda constitucional (EC 3/93) sobre o tema veio cinco anos depois da nova Carta Magna, e instituiu contribuições da União e dos servidores para o custeio de aposentadorias e pensões.

Em 1998, outra emenda (EC 20/98) foi chamada pela primeira vez de reforma. Ela extinguiu a aposentadoria proporcional do regime próprio de Previdência e estabeleceu idades mínimas para a aposentadoria de servidores públicos. Além disso, para os segurados do INSS, determinou a contribuição mínima de 30 anos para mulheres e 35 para homens.

Cinco anos depois, em 2003 (EC 41/03), outra emenda fixou teto para os benefícios nas esferas federal, estadual e municipal, além de determinar o cálculo de aposentadorias e pensões pela média das remunerações dos trabalhadores. Também acabou com a integralidade e a paridade das aposentadorias no serviço público. Criou também a contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas.

A mudança feita em 2005 (EC 47/05) colocou critérios diferenciados para a aposentadoria de pessoas com deficiência e trabalhadores em atividades de risco. Em 2012, outra emenda constitucional (EC 70/12) promoveu a revisão de aposentadorias por invalidez, também adotando o critério do cálculo pela média das remunerações. A última modificação foi feita em 2015 (EC 88/15), com o aumento da aposentadoria compulsória dos servidores públicos de 70 para 75 anos de idade.

Caráter estrutural - Para Leonardo Rolim, secretário de Políticas de Previdência Social, todas essas mudanças foram importantes, mas nenhuma teve caráter estrutural. Ele defende a nova proposta (PEC 6/19) enviada ao Congresso pelo governo como uma tentativa de tornar a Previdência sustentável, mesmo diante do aumento da expectativa de vida da população brasileira e da diminuição da taxa de fecundidade no país. O secretário ressalta que algumas medidas já estão sendo tomadas pelo Poder Executivo para diminuir o déficit previdenciário, como o combate a fraudes e a melhoria da cobrança da dívida ativa.

"Com a recuperação da economia, vamos ter maior contribuição, menor informalidade, que também reduz o déficit. Mas esse conjunto de medidas, apesar de ter um impacto considerável, não é suficiente para resolver sequer o déficit atual, muito menos o déficit futuro quando a gente tiver o triplo de idosos que temos hoje."

Privilégios e direitos - O deputado Bohn Gass (PT-RS) reconhece avanços e apoia medidas que acabem com privilégios, como as que estabeleceram um teto para os benefícios dos servidores públicos e a chamada regra 85/95, para evitar aposentadorias precoces. Ele lembra, no entanto, que a Constituição de 88 criou um sistema para garantir saúde, assistência e previdência social a todos os brasileiros e acha que a nova proposta enviada pelo governo ao Legislativo pode quebrar este sistema. O parlamentar diz que 95% dos aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) recebem menos de dois salários mínimos.

O deputado Bohn Gass também lembra que o pagamento de benefícios previdenciários aquece a economia, principalmente nos pequenos municípios do país.

Fonte: Agência Câmara



Senado aprova proposta para maior controle sobre barragens

O Senado deu nesta quarta-feira (27) uma resposta à tragédia de Brumadinho. O PL 550/2019, que reforça a segurança da exploração mineral no país, foi aprovado pela CCJ e logo depois pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). Com isso, a proposta seguirá para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para envio ao Plenário.

A proposição endurece as penas para os envolvidos em crimes ambientais que causem mortes, torna mais rígidas as regras de responsabilização civil e administrativa dos causadores de tragédias como as de Minas Gerais e proíbe a construção de reservatórios pelo método de alteamento a montante — aquele em que a barragem vai crescendo em degraus, utilizando o próprio rejeito da mineração.

Atendendo sugestão do senador Randolfe Rodrigues, integrantes das duas comissões vão pessoalmente à Câmara dos Deputados para entregar o projeto ao presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Fonte: Agência Senado

Bolsonaro é denunciado por improbidade e peculato

O procurador Carlos Henrique Martins de Lima, do Distrito Federal, denunciou Jair Bolsonaro à Procuradoria-Geral da República (PGR) por suspeita de improbidade administrativa e peculato. O despacho indica que o gabinete de Bolsonaro na Câmara empregou a ex-assessora Nathália Melo de Queiroz como funcionária fantasma. Nathália, filha de Fabrício Queiroz, estava lotada no gabinete de Bolsonaro na Câmara dos Deputados enquanto trabalhava como personal trainer no Rio de Janeiro em horário comercial.

A reportagem do jornal O Estado de S. Paulo reitera que "a funcionária em questão é filha do motorista Fabrício Queiroz, que foi assessor do senador Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, quando o filho do presidente era deputado estadual. O motorista, por sua vez, é investigado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro por movimentações financeiras atípicas, identificadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). O gabinete de Bolsonaro atestou a frequência de Nathália em Brasília."

Fonte: Brasil247

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS